

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO DO CONSUMIDOR E DIREITOS
FUNDAMENTAIS

CAMILA BELINASSO DE OLIVEIRA

**A OBJETIFICAÇÃO MÍDIÁTICA DA MULHER: apontamentos desde uma
perspectiva feminista**

Porto Alegre

2017

CAMILA BELINASSO DE OLIVEIRA

**A OBJETIFICAÇÃO MUDIÁTICA DA MULHER: apontamentos desde uma
perspectiva feminista**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como pré-requisito para
obtenção do título de Especialista em Direito
do Consumidor e Direitos Fundamentais pela
Faculdade de Direito da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.
Orientador: Prof. Dr. Marcos Catalan.

Porto Alegre

2017

AGRADECIMENTOS

Gratidão às amigas, às mulheres que persistem.

Como é que se explica que o meu maior medo seja exatamente em relação: a ser? E, no entanto não há outro caminho. Como se explica que o meu maior medo seja exatamente o de ir vivendo o que for sendo? Como é que se explica que eu não tolere ver, só porque a vida não é o que eu pensava e sim outra como se antes eu tivesse sabido o que era! Por que é que ver é uma tal desorganização?

(Clarice Lispector)

RESUMO

Este trabalho aborda a objetificação da mulher na mídia, a partir da perspectiva feminista que estuda os motivos e os métodos utilizados pelo sistema patriarcal para a construção da condição de ser mulher na atual sociedade de consumo. O trabalho identifica a forma em que a mulher está representada ao decorrer do tempo e dos conflitos históricos. O objetivo principal é compreender a violência do sistema patriarcal ao controlar e impor um padrão ao comportamento e à imagem do feminino, fato que se evidencia com diálogo entre estudos feministas que explicam o alcance da influência da mídia quanto à situação de inferioridade da vida das mulheres. Relacionar-se-á a opressão do padrão de beleza imposto pela sociedade às mulheres como violência estrutural, a fim de se verificar e explicar como essa imposição modifica e limita o ser mulher na sociedade patriarcal, que maneja perpetuar a naturalização da subalternidade feminina. A vinculação da imagem da mulher na mídia ocorre de acordo com o controle sexual, econômico e político, entendidos como necessários para reproduzir um ideal de ser mulher em cada contexto histórico. Para a realização da pesquisa o método de abordagem será dialético e a pesquisa bibliográfica.

Palavras chave: mulher; objetificação; feminismo; mídia; patriarcado.

RESÚMEN

Este trabajo aborda la objetificación de la mujer en los medios de comunicación desde la perspectiva feminista que estudia las razones y los métodos utilizados por el sistema patriarcal para la construcción de la condición de ser mujer en la actual sociedad de consumo. El trabajo identifica la forma en que la mujer está representada al pasar del tiempo y de los conflictos históricos. El objetivo principal es comprender la violencia del sistema patriarcal al controlar e imponer un padrón al comportamiento y imagen del femenino, hecho que se evidencia con diálogo entre estudios feministas que explican el alcance de la influencia de los medios cuanto a la situación de inferioridad de la vida de las mujeres. La pretensión es relacionar la opresión del padrón de belleza impuesto por la sociedad a las mujeres como violencia estructural, a fin de que se verifique y se explique cómo esa imposición modifica y limita el ser mujer en la sociedad patriarcal, que maneja perpetuar la naturalización de la subalternidad femenina. La vinculación de la imagen de la mujer en los medios ocurre de acuerdo con el control sexual, económico y político, entendidos como necesarios para reproducir un ideal de ser mujer en cada contexto histórico. Para la realización del estudio, el método usado será el dialéctico y la pesquisa bibliográfica.

Palabras-clave: mujer; objetificación; feminismo; medios; patriarcado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 PATRIARCADO, IGUALDADE E FEMINISMO.....	10
2.1 A condição de ser mulher.....	10
2.2 Igualdades e feminismo.....	19
3. EMPODERAMENTO OU OBJETIFICAÇÃO?.....	27
3.1 A Mulher nas representações midiáticas.....	27
3.2 Mulheres, Mídia e <i>Backlash</i>	35
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade os registros apontam a existência de uma estrutura social baseada na subordinação da mulher ao domínio do homem. Nesse contexto, surge a propriedade privada, intensifica-se a estrutura patriarcal e impõe-se a família monogâmica. Desde então, a virgindade pré-marital passa a ser um requisito para uma vida conjugal bem-sucedida, assegurando ao homem, por meio da passividade das mulheres, o controle do corpo destas e a legitimidade de sua herança.

Assim, o mundo é dividido a partir da sexualidade, como maneira de consolidar o patriarcado enquanto espaço histórico do poder masculino. Esse espaço se legitimou também na dicotomia dos espaços público e privado e, como parte do segundo, o doméstico, destinado às mulheres com fundamento em uma suposta ordem natural das coisas. Logo, os processos históricos, que perpassam a cultura e influenciam os modos de socialização, incutem às mulheres e aos homens papéis assimétricos. Nesse sentido, o desenvolvimento social e da industrialização permitiram que as relações familiares se modificassem, ressignificando alguns papéis, ainda assimétricos e não equitativos.

Com o intuito de investigar, pretendeu-se relacionar o contexto da condição de ser mulher com a objetificação da mulher nos meios de comunicação. Assim, a presente monografia será estruturada em dois capítulos. No primeiro busca-se contextualizar a opressão da mulher pelo patriarcado, bem como fazer alguns apontamentos quanto à resistência firmada pelos movimentos sociais de mulheres. Para tanto, tem-se dois subcapítulos: a condição de ser mulher, em que se analisarão as circunstâncias históricas, sociais e culturais em que mulheres estão submetidas e a construção da condição de ser mulher na sociedade contemporânea. Já no segundo subcapítulo, igualdade e feminismo, agregam-se os valores e as contribuições materiais e dialéticas do feminismo para a melhor compreensão do debate pretendido.

Logo, no segundo capítulo, tratar-se-á do alcance da influência da mídia quanto à situação de inferioridade da vida das mulheres, e como a opressão de determinado padrão de beleza é imposto também como uma forma de violência

estrutural, que abarca a perpetuação das violências emocional, psíquica, física e sexual contra as mulheres, uma vez que o dever ser de uma mulher está relacionado à sua passividade, e em virtude disso, sempre será culpada pelos seus atos, perpetuando a violência em si.

A modificação e a limitação da existência das mulheres decorrem de suas opressões e corroboram com a manutenção da naturalização da subalternidade das mulheres. Nesta ocasião, no primeiro subcapítulo, aborda-se a representação da imagem da mulher nos meios de comunicação, trata-se sobre como esta vinculação da imagem da mulher na mídia com feminilidade ocorre de acordo com o controle sexual, econômico e político, entendidos estes como necessários para reproduzir um ideal de ser mulher em cada contexto histórico. Então, no segundo subcapítulo, objetivando aproximar os argumentos teóricos do tema com a realidade, analisar-se-á as inter-relações entre a mulher, a mídia e o *backlash*.

Nesse sentido, discorre-se brevemente sobre a globalização do mundo capitalista neoliberal, cujo sistema possibilita a concorrência e as mudanças em sistemas de expressão, de convivência e de interação social. Por esse aspecto, a sociedade capitalista, fundada na acumulação de lucros, da exploração da imagem e do corpo da mulher, perpetua o sistema patriarcal. Por isso, a mídia desempenha, em relação à formação da condição de ser mulher, forte influência na socialização e imposição dos papéis sociais aos sexos. A mulher, então, é considerada parte da propriedade privada do marido, do pai ou do irmão, e do Estado, que não tutela os direitos da mulher sem tutelar antes o seu corpo e o seu decidir.

Portanto, com o uso do método de abordagem dialético e de pesquisa bibliográfico, almeja-se, a partir da perspectiva feminista, realizar apontamentos sobre as formas de atuação do sistema patriarcal para o controle das mulheres. De igual forma, também se objetiva comprovar dialeticamente como a vinculação midiática da mulher à feminilidade é uma forma de violência estrutural do sistema patriarcal que controla e impõe determinados padrões ao comportamento e à imagem da mulher.

2 PATRIARCADO, IGUALDADE E FEMINISMO

Neste capítulo, apresenta-se o contexto histórico da construção do papel social da mulher condicionado pelo patriarcado. Em seguida, examina-se as particularidades do processo de subalternização da mulher na sociedade para averiguação das consequências dessa condição nos debates feministas em relação às dicotomias dos espaços público e privado. Ao final, analisa-se a igualdade, também desde uma perspectiva feminista, a fim de compreender sua influência para o entendimento do ser mulher na sociedade atual.

2.1 A condição de ser mulher

Ao analisar os registros históricos é possível observar que são ínfimas as sociedades civilizadas, entre as conhecidas, cuja estrutura não seja patriarcal, haja vista que o exame dos métodos de domínio nas sociedades e suas relações com a terra e o sexo elucidam que a subordinação permanece resoluta em distintos contextos históricos¹. Assim, considerando desde as sociedades agrícolas - oriundas dos excedentes de produção e de novas formas de desigualdades entre homens e mulheres -, é possível perceber que as sociedades transigem com o patriarcado, que outorga o poder de domínio do homem ao corpo da mulher, independentemente de sua condição de pai, marido ou irmão².

Logo, da agricultura à industrialização, processa-se um câmbio drástico nas relações familiares, decorrente dos papéis sociais destinados a cada um dos sexos, assimétricos e não equitativos, institucionalizados pela necessidade de assegurar ao homem a legitimidade de sua herança³, já que paralelamente ao momento que a propriedade privada é adquirida, surge a necessidade de encontrar uma maneira de assegurá-la ao homem e aos seus herdeiros. Os homens obtiveram tal segurança no momento em que se estabeleceu a família monogâmica, que lhes outorgou o

¹ LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.p. 37-40.

² SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero Patriarcado Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 36.

³³ LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: UNAN, 2014, p.89.

controle da sexualidade feminina mediante a exigência de uma castidade pré-marital, forma de legitimar sua descendência e garantir seus interesses⁴.

Os teóricos marxistas, como Friedrich Engels⁵, defendiam a existência de sociedades comunistas sem classes prévias - antes da formação da propriedade privada-, como possíveis de serem matriarcais e iguais, pois inexistente a propriedade privada. Toda a divisão primitiva do trabalho descrita na teoria marxista está baseada na diferença entre os sexos, que condiciona a divisão em características biológicas, bem como no alcance dessas a fim de medir força de produtividade entre os sexos. Essa divisão perpetuou a ideia primitiva do determinismo biológico dos sexos⁶, estando os homens responsáveis por lutar na guerra, caçar e pescar, procurar alimentos e ferramentas necessárias para o trabalho, enquanto as mulheres estavam responsáveis por atender a casa, preparar os alimentos e confeccionar as roupas.

Por consequência, o surgimento da propriedade privada foi à derrota do sexo feminino⁷ e somente as sociedades comunistas poderiam garantir igualdade. A teoria marxista⁸ considera que nas sociedades tribais o desenvolvimento da domesticação animal impulsionou o comércio e as propriedades privadas, nas mãos dos homens de diferentes famílias, sem opor-se ao encargo da administração dos bens ser uma supremacia masculina. Ou seja, não houve um questionamento quanto à imposição

⁴ LERNER, Gerda. Op. cit., p.43.

⁵ ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2012, p.24.

⁶ Em sociedades de tecnologia rudimentar, ser detentor de força física constitui, inegavelmente, uma vantagem. Em sociedades onde as máquinas desempenham funções mais abrutadas, que requerem força, a relativa incapacidade de levantar peso e realizar movimentos violentos não impede qualquer ser humano de ganhar seu sustento. Rigorosamente, portanto, a menor força física da mulher em relação ao homem não deveria ser motivo de discriminação. Todavia, recorre-se, com frequência, a este tipo de argumento, a fim de se justificarem as discriminações praticadas contra as mulheres (SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987, p.16).

⁷ A reversão do direito materno foi a grande derrota do sexo feminino. O homem passou a governar também na casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do prazer do homem, e um simples instrumento de reprodução. Essa condição humilhante para a mulher, tal qual como aparece, notadamente, entre os Gregos nos tempos heroicos, e mais ainda dos templos clássicos, foi gradualmente camuflada e dissimulada, e também, em certos lugares, revestida de forma mais amenas, mas não foi absolutamente suprimida (ENGELS, Friedrich. Op.cit., p. 12).

⁸ Para a teoria marxista a ideologia da classe dominante é a ideologia dominante do conjunto da sociedade. Constata-se que a classe dominante é, entre outras coisas, identificada pela capacidade de elaborar visões sociais, da cultura e da história segundo seus próprios interesses. Lagarde se contrapõe ao entendimento de Marx e Engels, afirmando que as teorias dominantes incorporam além dos interesses classistas, outras, que se expressam em grupos determinados, cujo domínio é essencialmente advindo da divisão de classes. Entende a autora que as ideologias são determinadas como dominantes porque expressam as concepções (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Op.cit., p. 50).

do domínio masculino sobre os excedentes de produção, e a conversão desses em propriedade privada, institucionalizada em uma família monogâmica e no desenvolvimento da domesticação animal⁹

Nesse sentido, o patriarcado pode ser compreendido como um dos espaços históricos do poder masculino, um sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem e, por isso, no momento que o homem toma *el mando de la casa* - considerando que o acúmulo de excedentes além de reafirmar o poder masculino, dá ao homem tempo para dominar o espaço privado, a fim de conduzi-lo -, de modo que a mulher é inferiorizada, reduzida à serventia, como um mero instrumento de reprodução¹⁰. A opressão das mulheres, embora decorra inicialmente das diferenças sexuais, está condicionada aos processos históricos - que transformam as relações, os produtos e as formas de consciência -, e dessa forma, está simultaneamente condicionada à socialização e ao modo de vida dessas pessoas.

A opressão patriarcal se funda sobre o corpo cultural da mulher, já que sua sexualidade, seus atributos e suas qualidades têm sido normatizadas, disciplinadas e colocadas à disposição da sociedade e do poder, sem medir ou considerar a vontade e as ambições de cada mulher. Então, ao considerar que os homens e as mulheres constituem grupos socioculturais genéricos, há de se pontuar que, na verdade, esses grupos emergem da divisão do mundo a partir da sexualidade, fator determinante para a opressão genérica das mulheres e o domínio e direção dos homens, principais fenômenos políticos e globais caracterizadores do patriarcado¹¹.

Por certo, pode haver espaços na vida das mulheres que não são opressivos, fato que somente é possível de ser constatado quando considerados os recortes necessários à situação concreta da vida particular de cada uma (opressão específica), o que não deve ser confundido com a condição histórica de ser mulher (opressão genérica). Quer dizer, a síntese entre a opressão genérica e a opressão de classe, por exemplo, se manifesta de maneira permanente no conjunto de relações em que está imersa a mulher explorada e que constituem a base de sua existência, sua casa e seu trabalho, suas relações como o patrão, com o marido,

⁹ LERNER, Gerda. Op.cit., p.42.

¹⁰ LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Op. cit.. 119.

¹¹ LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Ibidem, p. 100.

com os filhos, com os desconhecidos e, inclusive, que constituem a base de suas relações com outras mulheres¹². No entendimento de Marcela Lagarde, a mulher vive a dupla opressão, resultado das complexas relações de exploração, cujas particularidades dependem do lugar que ocupam nas cadeias de produção e reprodução em que estão imersas, bem como das características de controle sobre seus corpos e sua sexualidade¹³.

Por consequência, no sistema patriarcal todas as mulheres estão oprimidas à subalternidade pelo fato de serem mulheres, independentemente de sua posição de classe, de língua, raça ou idade¹⁴. Por isso, o patriarcado é a causa da perpetuação da condição de inferioridade da mulher, pois se trata de uma instituição muito anterior ao capitalismo e à sua fase neoliberal, que atualmente tenta ressignificar as opressões históricas sem, ao menos, considerar a perspectiva e a teoria feminista¹⁵. Justamente, o patriarcado está estruturado para que lhe seja permitido assumir várias facetas e, de maneira oculta, possa manejar seu poder brindando às opressões uma aparência de indestrutibilidade.

Nesse sentido, a antropóloga feminista Marcela Lagarde destaca que o poder patriarcal não se limita à opressão das mulheres, porque derivada também das relações de dependência desigual de outros sujeitos sociais submetidos ao poder patriarcal, de forma que nunca se expressará em si mesmo, mas sempre articulado com outros poderes, fazendo-se além de sexista, também classista e racista¹⁶. As mulheres se relacionam de forma vital com a desigualdade, requerem aos outros - os homens, os filhos, a família, a casa, as amigas, as autoridades, o trabalho e, principalmente, as instituições - e os outros as requerem para serem mulheres de acordo com o esquema dominante da feminilidade¹⁷. Tal dependência vital está

¹² SAFFOTI, Heleieth I.B, 2015. Op. Cit., p.78.

¹³ LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Op. Cit., p.103.

¹⁴ Segundo Marcela Lagarde, a opressão de classe se manifesta com a exploração, e essa como fenômeno social originado no econômico, nas relações entre grupos caracterizadas pela exploração dos meios de produção, bem como pela apropriação da riqueza social produzida e pelo domínio e direção política dos grupos exploradores sobre a sociedade. Evidencia-se, portanto, a impossibilidade de atribuir somente ao capitalismo à causa da situação das mulheres, visto que as instituições de poder estão determinadas pelos interesses que expressam, e pelas condições socioculturais que contribuem para produzir (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Ibidem, p. 110).

¹⁵ Ensina Saffoti que o patriarcado é muito anterior ao capitalismo, o que se evidencia, por exemplo, ao analisar as tarefas domésticas, cuja responsabilidade é da mulher independente da posição que esta ocupe no mercado de trabalho. Assim, o patriarcado precede o modo de produção capitalista, e nele assume formas singulares de existência (SAFFIOTI, Heleieth I.B.1987, Op.cit., 44).

¹⁶ LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Op. cit., p. 103.

¹⁷ LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Op.cit., p. 82.

intimamente ligada com o poder masculino, expressado no homem e nas instituições, visto que as mulheres são oprimidas pelo Estado, bem como são marcadas por uma desigualdade objetiva frente a uma suposta igualdade jurídica, que estabelece a opressão em um todo unitário e simultâneo dessas características, tanto no grupo social das mulheres, como na vida particular de cada uma¹⁸.

Entretanto, o feminismo tem atuado, ao questionar em distintas esferas o patriarcado, na construção de um sujeito coletivo, já que ao mediar a história de um saber masculino com a história de um sujeito ausente, trabalha na estruturação de uma referência teórica não androcêntrica, que considere as mulheres como protagonistas de suas vidas¹⁹. Os debates feministas sobre a violência estrutural culminaram na construção e aplicação de uma perspectiva filosófica que incorpora uma série de outros conhecimentos, como a economia, a biologia e a psicanálise, e que tem como objetivo materializar um novo marco teórico, assentado nos motivos e nas incidências das desigualdades sobre a totalidade da vida feminina.

Depreende-se das investigações sob essa ótica, que o patriarcado é uma forma de organização social androcêntrica²⁰, que favorece o homem ao projetá-lo como padrão de humanidade²¹. O androcentrismo é a característica cultural que sustenta a mulher como parte de uma minoria²², já que constitui o fator impeditivo do direito à participação da mulher na vida pública, fato explícito em sua limitada representação política e em seu restrito acesso aos espaços de construção e

¹⁸ La situación desigual de las mujeres constituye un caso especial entre todas las discriminaciones sociales. En efecto, a diferencia de otros casos, no constituyen una clase social, ni un grupo específico; no son una comunidad, ni una minoría social o racial, atraviesan todos los grupos y pueblos y, en todos ellos, son una inseparable mitad. Acabar con las condiciones que han permitido su desigualdad social y política sería, después de la liberación de los esclavos, la mayor revolución emancipadora (VILLORO, Luis. **El poder y el valor: fundamentos de una ética política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997, p.327).

¹⁹ LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Op.cit., p. 47-50.

²⁰ Androcentrismo é a visão do mundo que situa o homem como centro de todas as coisas, parte da ideia que uma visão masculina é a única possível e, portanto, universal para toda a humanidade, o que conduz a uma invisibilidade das mulheres, inclusive na ciência (HIRATA, Hirata, Helena; LABORIE, Françoise, *et al.* **Dicionário Crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 59-62).

²¹ LERNER, Gerna. Op.cit. p. 55.

²² O termo minoria não está obrigatoriamente relacionado à quantidade e, representa, nesse contexto, um viés sociológico que faz referência a grupos sociais específicos, que não são entendidos como integrantes de uma menor parte da população, mas como grupos marginalizados dentro de uma sociedade devido aos aspectos econômicos, sociais, culturais, físicos ou religiosos. Desse modo, a minoria para a sociologia não associa o termo a grupos em menor quantidade em uma sociedade, mas ao controle de um grupo majoritário sobre os demais, independentemente de qualquer dado quantitativo VIANA, Nildo. **Os Valores da Sociedade Moderna**. Brasília. Brasília: Thesaurus, 2007, p.76).

intercâmbio cultural²³. Importante sublinhar que a mulher e as mulheres não são sinônimos e, sim, categorias com significados específicos e com distintas representações.

Desse modo, a categoria ser mulher²⁴ é geral, é o essencial a todas nas mais diversas sociedades, um eixo da vida social, da feminilidade e da identidade feminina: sua sexualidade para outros. Conforme expõe Lagarde, a mulher é uma abstração produto da análise teórico-histórica e ultrapassa desde, a materialidade do corpo das mulheres, a cada uma e a modalidade delas. A mulher abarca tudo aquilo que dá vida às mulheres existentes, concretas, tangíveis²⁵. Por conseguinte, as mulheres é a categoria que as expressa de modo particular - todas e cada uma-, seu conteúdo é a existência social das mulheres. Para que, finalmente, cada mulher (cada sujeito) seja definida pela síntese da sua condição e de sua situação específica.

Nessa perspectiva, há a perpetuação de uma assimetria sexual, cujo complexo de fenômenos opressivos articula a inferioridade, a discriminação, a dependência e a subordinação das mulheres, tornando-as prisioneiras de sua condição genérica e de suas situações particulares de vida. Por isso, a sociedade está definida para encerrar e estimular as mulheres para que representem um número reduzido de conhecimento cultural, principalmente que estejam afastadas da possibilidade de compreender os motivos das opiniões dominantes na sociedade, uma vez que são os condicionantes de suas vidas particulares. Esses grupos e esses modos de vida são conhecidos porque são especificidades sociais e culturais das mulheres, que se configuram por alguma característica subjetiva decorrente da condição de ser mulher²⁶.

Em relação ao exposto até o momento, o posicionamento de Alda Facio é de que apenas o conhecimento por parte das mulheres de sua condição possibilitará

²³ Em 2014, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população residente no Brasil se constituía por 48,4% de homens e por 51,6% de mulheres. (BRASIL, **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa - Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2015, p.12).

²⁴ La mujer se constituye por: i) las mujeres concretas; ii) las relaciones genéricas económicas, sociales, jurídicas y políticas; iii) las instituciones estatales y sociales que la reproducen; y iv) las diversas formas de conciencia social: los lenguajes, las cosmogonías y las ideologías que la representan, la expresan y la interpretan” (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Op.cit., p.81).

²⁵ LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Ibidem, p. 90.

²⁶ LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Ibidem, p. 140.

lograr e impulsionar uma resistência à própria negação de sua humanidade²⁷. Importante salientar que todos os avanços alcançados pelos movimentos sociais são de extrema importância, pois buscam uma sociedade menos desigual. Contudo, a condição de ser mulher²⁸ não pode ser vista como superada, pois toda vez que a perspectiva feminista for desconsiderada, as complexas mudanças à igualdade entre os sexos permanecerão distantes de serem materializadas. Historicamente, de acordo com Saffioti, o desenvolvimento da sociedade se deu mediante a exclusão das mulheres em decisões fundamentais, com ênfase àquelas que institucionalizam o controle de sua sexualidade, e que as bloqueia da apropriação de seus próprios corpos e da ocupação de determinados espaços sociais²⁹.

Igualmente, Simone de Beauvoir expõe - desde uma perspectiva não só do indivíduo que está se descobrindo num mundo com normas estanques, mas de uma mulher inserida num processo de engajamento político - a necessidade de uma intervenção histórica para moldar uma nova forma de pensar sobre a mulher. Para a autora, a liberdade deve ser o oposto da opressão, apresentando em seus escritos, inseridos no contexto da reconstrução dos costumes no pós-guerra, que a base moral e cognitiva da cultura está sustentada na misoginia, pois toda a vez que o feminino recebe algum tratamento na história, o tem no lugar do outro³⁰. Sobrevém, que categoria do outro é antiga e comum, uma vez que essa dualidade se faz presente nas sociedades mais primitivas, o que permite afastar que tenha se estabelecido, inicialmente, com a divisão dos sexos, já que a categoria do Outro é tão original quanto a própria consciência³¹.

Prossegue a autora, com respeito à alteridade, afirmando a sua existência na consciência de uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra

²⁷ FACIO, Alda. *Hacia otra teoría crítica del derecho*. In: HERRERA, Gioconda (org). **Las fisuras del patriarcado, Reflexiones sobre Feminismo y Derecho**. Ecuador: FLACSO, 2000, p. 34-37.

²⁸ La condición de la mujer es una creación histórica cuyo contenido es el conjunto de circunstancias, cualidades y características esenciales que definen a la mujer como ser social y cultural genérico (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Op. cit, p. 77.

²⁹ SAFFOTI, Heleieth I.B., 2015, p. 73.

³⁰ BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: Fatos e Mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

³¹ [...] Nos pares Varuna- Mitra, Urano- Zeus, Sol- Lua, Dia-Noite, nenhum elemento feminino se acha implicado a princípio; nem tampouco na oposição do Bem ao Mal, dos princípios fastos e neofastos, da direita e da esquerda, de Deus e Lúcifer; a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si. Bastam três viajantes reunidos por acaso num mesmo compartimento para que todos os demais viajantes se tornem “os outros” vagamente hostis. Para os habitantes de uma aldeia, todas as pessoas que não pertencem ao mesmo lugarejo são “outros” e suspeitos; para os habitantes de um país, os habitantes de outro país são considerados “estrangeiros” [...] (BEAUVOIR, S. Op.cit., p.15).

consciência³². É como se o sujeito só pudesse se afirmar na medida em que negasse os demais. O eu é o essencial, o outro, o inessencial. Na dicotomia homem-mulher, o essencial foi deslocado, historicamente, para o homem, passando a mulher a ser o inessencial e, por isto, a mulher passou a ser o objeto, e negar o lugar do outro para a mulher pode ser, numa sociedade patriarcal, mais severo do que aceitá-lo. Desse modo, a situação da mulher é definida no momento em que, como todo ser humano, ela busca sua liberdade autônoma e se descobre e se escolhe num mundo em que os homens lhe impõem a condição do outro³³.

Dessa forma, a mulher vive na imanência³⁴ de uma liberdade limitada, e sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana³⁵. Também sustenta Simone de Beauvoir que o “drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito, que se põe sempre como o essencial, e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial”³⁶. Quanto à subalternidade, a autora ensina que³⁷:

[...] a mulher tem um duplo e decepcionante aspecto: ela é tudo a que o homem aspira e tudo o que não alcança. [...] Do bem ao mal, ela encarna carnalmente todos os valores morais e seus contrários; [...] Ele projeta nela o que deseja e o que teme, o que ama e o que detesta. E se é tão difícil dizer algo a respeito é porque o homem se procura inteiramente nela e ela é Tudo. Só que ela é Tudo à maneira do inessencial: é todo o *Outro*. Enquanto o outro, ela é também outra e não ela mesma, outra e não o que dela é esperado. Sendo tudo, ela nunca é isso justamente que deveria ser; ela é perpétua

³² [...] Se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria, esse retorno. Os proletários dizem "nós". Os negros também. Apresentando-se como sujeitos, eles transformam em "outros" os burgueses, os brancos. As mulheres — salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas — não dizem "nós". Os homens dizem "as mulheres" e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito [...] (BEAUVOIR, S, *Ibidem*, p. 14).

³³ BEAUVOIR, S. *Ibidem*, p.24.

³⁴ [...] Outro estado descrito é a imanência, estado onde não se observa esta superação do estado inicial e onde se verifica a passividade ontológica, o não exercício da liberdade de constituir-se. A imanência pode ser resultado da opressão ou pode ser realizada como escolha, e acontece quando o ser demite-se de sua condição de sujeito soberano. Esta caracterização de atitudes está relacionada ao modo como o sujeito realiza sua liberdade existencial que, por se tratar de um movimento ontológico, é constituído de momentos de intencionalidade. [...] Segundo o sentido dado por Beauvoir, a transcendência está vinculada ao contínuo movimento subjetivo de superação do dado do mundo e lançamento de si ao novo, enquanto que a imanência é atribuída à ausência do movimento, à não realização do lançamento do ser em direção ao não constituído ainda, e então o ser continua a ser o que já está dado – o mesmo (VIANA, Márcia Regina. **Liberdade e existência: os movimentos do existir em Simone de Beauvoir**. Revista Estudos Filosóficos. Minas Gerais, nº 5 /2010, p. 118 – 129).

³⁵ BEAUVOIR, S. *Op.cit.*, p.23.

³⁶ BEAUVOIR, S. *Ibidem*, p.25.

³⁷ BEAUVOIR, S. *Ibidem*, p. 242 (destaque da autora).

decepção, a própria decepção da existência que não consegue se atingir nem se reconciliar com a totalidade dos existentes [...]

Por isso, a atribuição de papéis sociais é uma realidade concreta, a identidade da mulher, bem como a do homem, está construída por meio de uma socialização que conserva os papéis impostos a cada sexo biológico, ensinados e socializados na medida do que deles se espera culturalmente. Ou seja, os papéis são cobrados em razão do desejo social de uma sociedade organizada hierarquicamente em conformidade com o princípio androcêntrico. A este respeito, Pierre Bourdieu, em sua obra “A Dominação Masculina”, assevera que a divisão sexual é vista como o que há de mais natural na ordem social, e que isso ocorre em razão das ratificações que tendem a eternizar uma representação conservadora da relação entre os sexos³⁸. Então, ao comparar as análises objetivas de uma sociedade organizada de cima a baixo, composta de uma base androcêntrica, e de nosso inconsciente, Bourdieu³⁹ diz que:

As aparências biológicas e seus efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os “gêneros” como *habitus* sexuados), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa. [...] É aqui que nos deparamos com um novo paradoxo, capaz de obrigar a uma completa revolução na maneira de abordar o que já se tentou estudar sob forma de ‘a história das mulheres’: será que as invariáveis que se mantêm, acima de todas as mudanças visíveis da condição feminina, e são ainda observadas nas relações de dominação entre os sexos, não obrigam a tomar como objeto privilegiado os mecanismos e as instituições históricas que, no decurso da história, não cessaram de arrancar dessa mesma história tais variáveis?

Acresce o autor que “a divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável”⁴⁰. Portanto, a perpetuação da relação de dominação é facilmente visível dentro da unidade doméstica - de domínio privado -, mas também o é em instituições como a família, a escola ou o Estado, que elaboram e impõem às mulheres o âmbito doméstico, espaço onde se constroem e se reproduzem as

³⁸ BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina: A condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: BetBolso, 2016, p.9-10.

³⁹ Idem.

⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. Ibidem, p. 17.

hierarquias de gênero. Por essa razão, o discurso feminista que se limita a sair do espaço privado sem questionar o espaço doméstico, “dado” à mulher por natureza, transparece-se emancipatório, mas tende a se revelar como modelo de perpetuação da divisão sexual dos papéis sociais⁴¹.

Ademais, como já mencionado, não há de se confundir a opressão de classe com a opressão genérica, pois a segunda abrange todas as mulheres, mesmo quando suas condições de vida sejam superiores, quando, por exemplo, possuam privilégios de classe. No mesmo sentido, importante destacar que a opressão genérica é distinta da marginalização social e cultural, já que são grupos específicos de mulheres que estão afastadas das instituições do Estado e da riqueza, por exemplo. Em consequência, a dupla opressão da mulher, termo cunhado pela feminista Alexandra Kollontai, significa a forma específica em que o capital-patriarcal oprime a mulher por seu gênero e por sua classe⁴². Na vida social, essa dupla opressão não ocorre de forma separada, muito menos em âmbitos distintos e, sim, com a síntese dialética da opressão de classe e genérica, é a forma específica que o capital patriarcal explora e oprime as trabalhadoras e assalariadas, pois ao tempo que acessa o trabalho produtivo, conserva a obrigação social e histórica do trabalho doméstico e, dado isso, o *status* inferior que lhe é assignedo pela suposta natureza feminina⁴³.

2.2 Igualdades e feminismo

Para a compreensão do exposto até o momento e para o estudo da igualdade desde uma perspectiva feminista, torna-se imprescindível referir a obra “O Contrato Sexual”, de Carole Pateman, publicada em 1988, na qual estuda-se a atuação do patriarcado no ideal social de “ser humano universal”, construído essencialmente por características masculinas⁴⁴. Argumenta a autora feminista que o patriarcado é uma relação de poder em que o pai consolida a esfera política, excluindo a mulher, insubordinada também no espaço público, dos âmbitos governados por princípios

⁴¹ FACIO, Alda. Op.cit., p. 36.

⁴² KOLLONTAI, Alexandra. **As Relações Sexuais e a Luta de Classes**. São Paulo: Iskra, 2017.

⁴³ LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Op.cit. p. 97.

⁴⁴ PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p.61.

que universalizam a liberdade e a igualdade⁴⁵. Cabe indicar, antes de prosseguir, que este espaço de produção não permite adentrar as especificidades da formação do contrato social explanados por Pateman, de modo que, brevemente, serão feitas considerações sobre sua teoria, a fim de oportunizar uma melhor compreensão do objeto do trabalho, mediante a exposição das origens da dicotomia entre o público e o privado, inserindo-se neste último o âmbito doméstico.

Conforme a autora, “as versões tradicionais da teoria do contrato social não examinam toda a história, e os teóricos contemporâneos do contrato não dão nenhuma indicação de que metade do acordo está faltando”⁴⁶. O patriarcado, prontamente, se reestabelece na sociedade moderna mediante da nova sociedade civil, criada pelo contrato original como uma recente ordem social, mas que, inevitavelmente, segue patriarcal em suas origens. Por esse motivo, toda a sociedade civil que resultar de um contrato social estará inter-relacionada com o patriarcalismo, dado que a liberdade pública usufruída pelo homem é garantida pela sujeição da mulher.

Comumente, a teoria do contrato social é apresentada como uma história sobre a liberdade, em que duas são suas as principais interpretações. Uma versa no sentido de que os homens trocaram as inseguranças da liberdade natural pela liberdade civil - tutelada pelo Estado - de maneira que a liberdade seria universal na sociedade civil. Todavia, a liberdade civil depende do direito patriarcal, cuja prova está na inexistência de estarem às partes de um contrato desfrutando da mesma condição civil, ou do mesmo patamar de exercício de liberdade, por exemplo, se inseridos em um contrato de trabalho ou de casamento.

Já a segunda interpretação considera histórias hipotéticas sobre o estado natural, principalmente as constantes nos clássicos⁴⁷, no sentido de que “a liberdade

⁴⁵ [...] O patriarcado deixou de ser paternal há muito tempo. A sociedade civil moderna não está estruturada no parentesco e no poder dos pais; no mundo moderno, as mulheres são subordinadas aos homens *enquanto homens*, ou enquanto fraternidade [...] (PATEMAN, Carole. Ibidem, p. 18).

⁴⁶ PATEMAN, Carole. Ibidem, p. 140-142.

⁴⁷ As análises dos textos atenuam o fato de os teóricos clássicos construírem uma versão patriarcal da masculinidade e da feminilidade, do que é ser macho e fêmea. Somente os seres masculinos são dotados das capacidades e dos atributos necessários para participar dos contratos, dentre os quais o mais importante é a posse da propriedade em suas pessoas, quer dizer, somente os homens são “indivíduos” (PATEMAN, Carole. Ibidem, p. 20) [...] O argumento patriarcal clássico era o de que os filhos nasciam submetidos aos pais e estavam, portanto, a eles submetidos politicamente. O direito político era natural e não uma convenção – não envolvia o consentimento ou o contrato – e o poder político era paternal, originado no poder de reprodução do pai (PATEMAN, Carole. Ibidem, p. 44).

é conquistada por filhos que renegam sua sujeição natural a seus pais e substituem o regime paterno pelo governo civil⁴⁸. Ocorre que, nessa versão, a sociedade civil deriva - ideologicamente - da destruição do patriarcado, aparentando ser a nova ordem civil uma ordem pós-patriarcal. Nesse sentido⁴⁹:

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição das mulheres derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal - é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido de patriarcal - isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres. [...] O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno.

Dessa forma, a sociedade civil patriarcal está dividida em duas esferas, a pública e a privada, paralelas e, caso sejam compreendidas separadamente, o contrato original restará desvirtuado, já que a liberdade civil depende do direito patriarcal - que exclui as mulheres da categoria fundamental de indivíduo - para perpetuar a desigual situação civil entre homens e mulheres. Então, íntima é a relação entre o privado e o natural que está na base de interconexão entre o liberalismo e o patriarcalismo, de modo que o público e o privado podem ser denominados, respectivamente, como espaço da cultura e da natureza, pois independente da nomenclatura, o masculino será o primeiro, e o feminino, o segundo. Afirma Pateman que a dicotomia entre o público e o privado oculta a sujeição das mulheres aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal, igualitária e individualista⁵⁰.

A obra de Pateman apresenta outra maneira de se ler a história do contrato, considerando-o como elemento que possibilitaria aos indivíduos uma submissão voluntária ao Estado e à legislação civil, momento em que a liberdade se transforma

⁴⁸ PATEMAN, Carole. Ibidem, p.54.

⁴⁹ PATEMAN, Carole. Ibidem, p.18.

⁵⁰ PATEMAN, Carole. Ibidem, p.35.

em obediência para que seja possível receber proteção⁵¹. Tal leitura reflete que o contrato original proporciona o que a autora chama de dominação e subordinação⁵². Já na contemporaneidade, os juristas utilizam o termo *status*, de modo que o contrato passa a ser referência à ordem de liberdade contratual, o que, por sua vez, contrapõe-se a *status* enquanto normatização estatal, e “as normas impõe limites e condições especiais aos contratos, considerando justamente *quem* está fazendo um contrato, sobre o *que* e *em que circunstâncias*”⁵³.

Portanto, “o ‘indivíduo’ é o alicerce sobre o qual a doutrina contratual é constituída e, dado o grau em que o socialismo⁵⁴ e o feminismo apoiam-se no indivíduo atualmente, eles deram as mãos aos contratualistas”⁵⁵. Contudo, mesmo que a dominação patriarcal esteja na base do contrato, isso não implica pressupor que as mulheres simplesmente aceitaram a sua condição, ao contrário, a compreensão de como o contrato é apresentado, em termos de liberdade e antipatriarcalismo, é a causa da resistência de mulheres às relações patriarcais há séculos. Obviamente, os espaços históricos em que o patriarcado e o capitalismo⁵⁶

⁵¹ Seguramente, a legislação e o contrato, bem como a obediência e o contrato, andam juntos, mas disso não se deduz que o contrato se refere apenas à legislação, nem, nos termos de Foucault, à disciplina, à normalização e a controle. [...] O contrato original (diz-se) criou uma nova forma de legislação, e a participação nos contratos reais da vida cotidiana constitui uma forma moderna de estabelecimento de relações localizadas de poder dentro dos campos da sexualidade, do casamento e do trabalho. A legislação e o Estado civil, bem como a disciplina (patriarcal), não são duas formas de poder, mas dimensões da estrutura complexa e multifacetada de dominação do patriarcado moderno (PATEMAN, Carole. *Ibidem*, p.33).

⁵² [...] a exploração é importante, mas a história hipotética das origens do patriarcado existente na teoria clássica do contrato também focaliza a criação das relações de dominação e subordinação [...] a exploração é possível justamente porque, conforme demonstrarei os contratos referentes às propriedades que as pessoas detêm em si próprias colocam o direito de controle nas mãos de uma das partes contratantes. Os capitalistas podem explorar os trabalhadores e os maridos podem explorar as esposas porque trabalhadores e esposas constituem-se em subordinados através dos contratos de trabalho e de casamento. A astúcia dos teóricos do contrato foi apresentar tanto o contrato original como os reais como exemplificadores e asseguradores da liberdade individual. Pelo contrário, na teoria do contrato, a liberdade universal é sempre uma hipótese, uma história, uma ficção política. O contrato sempre dá origem a direitos políticos sob a forma de relações de dominação e subordinação (PATEMAN, Carole. *Ibidem*, p. 25).

⁵³ PATEMAN, Carole. *Ibidem*, p.27.

⁵⁴ Os críticos socialistas do contrato de trabalho e as críticas feministas do contrato de casamento reprovam o argumento de que, se dois indivíduos fazem um contrato, o fato de ele ter sido feito é suficiente para demonstrar que a troca é equitativa. Os críticos observam que se uma parte está em posição de inferioridade – o trabalhador ou a mulher –, então ele ou ela não tem escolha a não ser aceitar os termos desfavoráveis propostos pela parte em superioridade. (PATEMAN, Carole. *Ibidem*, p. 88).

⁵⁵ PATEMAN, Carole. *Ibidem*, p. 33.

⁵⁶ Para se compreender o patriarcado moderno, inclusive as relações econômicas capitalistas, é necessário ter em mente o contrato entre patrão e empregado e entre senhor e escravo, além de considerar a relação entre o contrato “personalizado” na esfera privada e o contrato “impessoal” no mundo público do capitalismo (PATEMAN, Carole. *Ibidem*, p. 61).

passaram a caminhar juntos, quando “os ‘indivíduos’ que introduziram a economia capitalista⁵⁷ eram chefes de família (que posteriormente se transformaram nas “famílias” das quais fazemos parte, nos anos 80)”⁵⁸. Concluindo a exposição do pensamento de Pateman temos que⁵⁹:

[...] no contrato social, indivíduos masculinos se transformam em indivíduos civis (cidadãos); no contrato de trabalho, os homens tornam-se patrão e empregado e, no contrato de casamento, as mulheres se convertem em esposas e os homens em maridos, em virtude de dizerem “sim”. [...] A nova relação é estruturada no decorrer do tempo por uma troca permanente entre as duas partes - a troca de obediência por proteção [...] A peculiaridade dessa troca é que uma das partes do contrato - a que dá proteção - tem o direito de determinar como a outra cumprirá a sua parte na troca.

Assim, a ideia de que indivíduos ou grupos de seres humanos não podem ser subjugados permanentemente é uma invenção humana e, nesse sentido, Lerner considera que a escravidão surgiu porque outro exemplo de subordinação já havia se desenvolvido⁶⁰. Antes, as mulheres estavam subordinadas aos homens, submetidas a uma aparente proteção, de modo que os homens aprenderam que as diferenças podem ser utilizadas para separar e diferenciar um grupo humano de outro. Qualquer que seja sua origem, Lerner salienta, há uma característica da escravidão que é frequentemente ocultada: as primeiras escravas foram às mulheres. A questão de por que os homens foram mortos e as mulheres escravizadas admite unicamente uma resposta: as escravas podiam ser utilizadas de formas mais variadas que os escravos, quer dizer, as mulheres são subordinadas por serem mulheres⁶¹.

Ocorre que, no mundo moderno, e também no contemporâneo, a noção de cidadania passa a ser lida como universal. Entende-se, nesse contexto, que a fraternidade civil abrange todos os homens enquanto homens e não só como

⁵⁷ Se o capitalismo é patriarcal, é difícil perceber o que se ganha com a insistência de que existem dois sistemas. Uma das vantagens da abordagem do problema do patriarcado através da história do contrato sexual é mostrar que a sociedade civil, inclusive a economia capitalista, tem uma estrutura patriarcal. As aptidões que permitem aos homens, e não às mulheres, serem “trabalhadores” são as mesmas capacidades masculinas exigidas para se ser um “indivíduo”, um marido e um chefe de família. A história do contrato sexual começa, portanto, com a construção do indivíduo (PATEMAN, Carole. *Ibidem*, p. 62).

⁵⁸ PATEMAN, Carole. *Ibidem*, p. 60.

⁵⁹ PATEMAN, Carole. *Ibidem*, p.90.

⁶⁰ LERNER, Gerda. *Op.cit.*, p. 125.

⁶¹ LERNER, Gerda. *Ibidem*, p. 126-128.

habitantes de determinado lugar⁶². A ordem civil moderna se apresenta como universal no sentido de fraternal e não mais patriarcal e, “quase ninguém - exceto as feministas - está disposto a admitir que fraternidade significa o que diz: a irmandade entre homens”⁶³. Desse modo, o feminismo passa a questionar os fatores que conduzem a sociedade a aceitar a condição de ser mulher e, assim, consentir com a perversa violência estrutural da situação de nascer e se tornar mulher nas civilizações conhecidas.

Como consequência, as explicações econômicas, realçadas a partir de considerações biológicas, passaram a ter que dialogar com o poder dos sistemas de crenças, símbolos e construções mentais⁶⁴. Por esse motivo, o necessário debate quanto à ocupação dos espaços sociais se torna um ponto central do movimento feminista, uma vez que a posição entre a dicotomia dos espaços público e privado guarda qual a concepção de igualdade, que fundamenta cada uma das teorias feministas. Ou seja, o sujeito liberal não é um sujeito universal do ponto de vista do gênero, pois o argumento conservador e patriarcal a respeito da natureza da mulher está incorporado pelo liberalismo, em um de seus elementos mais estruturais: a separação entre as esferas pública e doméstica⁶⁵.

Logo, a identidade entre as teorias feministas estão restritas ao seu objeto⁶⁶, de modo que para algumas será o estudo da igualdade de gênero, ou seja, investigar *em que* homens e mulheres devem ser iguais a partir da própria relação da qual emergem⁶⁷. Em contrapartida, a teoria feminista radical tem como objeto o estudo do patriarcado e parte de um dos polos da relação do gênero: a mulher. Impulsionada pelas reflexões da década de 1960, a teoria defende que a origem da

⁶² Por um artifício mágico muito interessante, fraternidade, um termo relacionado com parentesco, passou a ser tomado somente como uma metáfora dos vínculos universais da humanidade, da comunidade, da solidariedade ou do companheirismo, enquanto outro termo, patriarcado, continuou a se referir ao regime dos pais, que terminou há muito tempo (PATEMAN, Carole. Op.cit., p.120).

⁶³ Idem.

⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. Op. cit. p.44.

⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. Op.cit., p. 65.

⁶⁶ El punto fundamental, que afecta a la filosofía social y política en particular, tiene que ver con la ortodoxia sobre el objeto de investigación y con el cuestionamiento, desde una perspectiva feminista, de la construcción (doméstico) privado-público. En este ámbito teórico y académico se aprecia una mayor resistencia a la argumentación feminista (tanto si se trata de teóricos conservadores o radicales, de liberales o de socialistas), dado que convencionalmente concentra su objeto de estudio e investigación en el mundo masculino público, el mundo universal del individualismo, los derechos, el contrato, la razón, la libertad, la igualdad, la ley imparcial y la ciudadanía (PATEMAN, Carole. Op.cit.p.14).

⁶⁷ CYFER, Ingrid. **Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum**. Revista Sociologia Política, Curitiba, v.18, nº36, p. 135-146, jun. 2010, p.136.

subordinação feminina está no processo reprodutivo, pois os papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução da espécie são fatores fundamentais, dos quais derivam as características que tornam possível a dominação que os homens exercem sobre as mulheres⁶⁸.

Os avanços impulsionados pela década de 1960 possibilitaram inúmeros debates sobre a desigualdade das mulheres, que não superam suas opressões ao saírem de casa em busca de trabalho e educação. Identifica-se, nesse contexto, a perpetuação de um sistema patriarcal nas políticas afirmativas de igualdade e emancipação das mulheres, priorizadas desde a década de 1970. Perante isso, o movimento feminista radical faz críticas ao feminismo liberal quanto à sua concepção de igualdade em relação à dicotomia público-privada, em sua versão clássica - como linha divisória que separa a sociedade civil do Estado -, já que a pretensão liberal, ao estabelecer tal distinção, promove a segurança, a liberdade individual e a restrição do poder dos governantes, argumento chave do feminismo liberal para salvaguardar um espaço em que as mulheres poderiam gerir sua conduta sem a interferência estatal na distribuição de papéis sociais⁶⁹.

Atualmente, é possível afirmar que as reivindicações dos primeiros movimentos feministas foram conquistados, mas apenas na formalidade. Em outras palavras, as mulheres são iguais aos homens em igualdade formal. Contudo, a diferença entre os sexos não implica somente em uma desigualdade formal, mas, sobretudo, em uma profunda desigualdade material. Nesse sentido, as feministas do início do século XX uniram esforços para a conquista do voto, da administração de seus ganhos e do controle da propriedade privada, mas mantiveram-se presas ao espaço doméstico. Na América Latina, a luta feminista pela igualdade restou cooptada à reforma liberal civilizatória do fim do século XIX, e as mulheres negras, indígenas, pobres e vulneráveis foram excluídas do reconhecimento aos seus direitos mais básicos⁷⁰.

Por isso, as diferenças desproporcionais entre homens e mulheres no acesso às estruturas institucionais, ao poder e ao trabalho, ao que se vincule à vida pública,

⁶⁸ LERNER, Gerda. Op.cit. p.130-132.

⁶⁹ CYFER, Ingrid. Op.cit., p. 137-138.

⁷⁰ SAGOT, Montserrat. La democracia en su laberinto: el neoliberalismo y los límites de la acción política feminista en Centroamérica. In: CAROSIO, Alba (coord). **Feminismos para un cambio civilizatorio**. Caracas: CLACSO, 2014, p. 43.

privada e doméstica são atuais. O homem segue transitando entre o espaço público e privado sem obstáculos, enquanto a mulher é reduzida à esfera doméstica e, nesse ponto se concentra o feminismo para identificar esses obstáculos à igualdade e, coletivamente, articular resistência à raiz de práticas que não outorguem desigualdades de partida. As mudanças de base política ao final da década de 1970 não se mostram eficientes em longo prazo, porque as mulheres permanecem em situação hierarquicamente inferior aos homens praticamente todos os âmbitos⁷¹.

Paralelamente, as políticas participativas, as leis e os programas do final do século XX e início do século XXI não avançaram câmbios culturais profundos, às raízes da opressão, pois o operante capitalismo neoliberal, quando ameaçado, termina por ressignificar as opressões para honrar acordos com grupos econômicos, cujos lucros dependem do consumo e da mão de obra das mulheres⁷². O avanço das pautas das mulheres está debilitado e permeado por uma cultura conservadora, impedindo que o reconhecimento dos direitos produza maiores consequências práticas para facilitar o acesso das mulheres a distintas esferas. Acredita-se que essas correntes culturais, perversas às mulheres, apenas serão trabalhadas para impulsionar uma revolução no momento que imperar o pensamento coletivo de que, para se considerar uma opressão superada, deve haver a certeza de que todas que compartilham da mesma condição de ser mulher estejam livres⁷³.

Nessa perspectiva, há uma impossibilidade de estimar qualquer argumento, principalmente atual, no sentido de que o machismo seria algo superado, considerando que tal afirmação parte de um grupo de mulheres, em sua maioria branca, de classe média alta, circulando sem tantos obstáculos entre o âmbito público, privado e doméstico. Como manifesto, a organização da sociedade está dada sobre bases tanto patriarcais como capitalistas, de forma que a acumulação do capital se acomoda à estrutura social patriarcal, reafirmando o poder de controle do homem sobre a força de trabalho da mulher⁷⁴.

⁷¹ FRASER, Nancy. El feminismo, el capitalismo y la astucia de la historia. **Revista New Left Review**. España, nº 56, 2009, p.89.

⁷² VALDIVIESO, Magdalena. Otros tiempos y otros feminismos en América Latina y el Caribe. In: CAROSIO, Alba (coord). **Feminismos para um cambio civilizatorio**. Caracas:CLACSO, 2014, p. 25.

⁷³ FRASER, Nancy. Op.cit. p.92.

⁷⁴ No binômio dominação-exploração da mulher, os dois polos da relação possuem poder, mas de maneira desigual. A pequena parcela de poder que cabe ao sexo feminino, dentro de uma relação de subordinação, permite que as mulheres questionem a supremacia masculina e encontrem meios diferenciados de resistência (SAFFIOTI, H., 2015, Op.cit.p. 90).

3. EMPODERAMENTO OU OBJETIFICAÇÃO?

Neste capítulo, examinam-se, em um primeiro momento, algumas representações midiáticas da mulher objetificada, delimitando seus contextos históricos a fim de observar a atuação do patriarcado quando apoiado pelo discurso midiático e, com isso, materializar o exposto até o momento com o intuito de reafirmar a urgência desse debate. A investigação será feita com ênfase a partir da década de 1980, momento em que se passa fundamentar a pretensão política do sistema patriarcal e reafirmar o espaço privado à mulher por intervenção da mídia. Busca-se, assim, analisar os motivos de o feminismo ter sido conjecturado ao pior inimigo da mulher, para tentar compreender o retrato da condição de ser mulher nos tempos atuais.

3.1 A mulher nas representações midiáticas

No contexto histórico da década de 1970, o feminismo passa a se constituir como força política, com potencial de transformação social em consequência das lutas do movimento feminista da década de 60, que estão caracterizadas pelo enfrentamento ao colonialismo, à discriminação racial, pela resistência aos direitos das minorias e pelas reivindicações estudantis⁷⁵. A época simbolizou o fim de um período de crescimento econômico acentuado, pós-segunda guerra mundial, em que o protecionismo da economia inserindo a brasileira, controlou os fluxos comerciais para fortalecer o mercado interno⁷⁶.

⁷⁵ ALVES, Bianca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 58.

⁷⁶ A releitura realizada na década de 1980 acerca da Revolução Industrial, segundo Livia Barbosa, permitiu vislumbrar novos acontecimentos concernentes ao consumo. Para a autora, em razão dos câmbios culturais, a passagem do consumo familiar para o individual e a transformação do consumo de pátina para o consumo de moda, tornaram-se os pontos relevantes para o desenvolvimento de novos mercados de consumidores. O consumo familiar é característico da sociedade tradicional, composta por grupos com estilo de vida previamente destinados, aos quais as escolhas individuais encontravam-se subordinadas ou condicionadas à códigos morais ou sociais. Tal relação é brutalmente rompida na sociedade contemporânea individualista e de mercado, em que a liberdade de escolha e autonomia na decisão de como e o que queremos não são suficientes para que todos nós pudéssemos decidir por nós mesmos. Então, o estilo de vida e a identidade passaram a ser opcionais. Ainda, a mudança do consumo para produtos de uso individual e não mais àqueles que

Por isso, o papel da mulher foi reconsolidado para que também fossem consumidoras de produtos e serviços, dando-lhes acesso ao mercado de trabalho e, assim, acesso ao consumo. Deve-se considerar que na sociedade patriarcal, gerada no período colonial, o homem tinha o direito de controlar a vida da mulher como se ela fosse sua propriedade, determinando os papéis a serem desempenhados por ela, com rígidas diferenças em relação ao masculino⁷⁷. Já o homem tinha o dever de trabalhar para dar sustento à sua família, enquanto a mulher tinha diversas funções: de reprodutora, de dona-de-casa, de administradora das tarefas dos escravos, de educadora dos filhos do casal e de prestadora de serviços sexuais ao seu marido⁷⁸.

Surge desse câmbios culturais uma outra forma de existir, que passou a valorizar a estética do corpo e a independência financeira e profissional da mulher, o contribuindo para a (re)construção da subjetividade feminina. Porém, a “valorização” foi tão reforçada pelos meios de comunicação, que a partir do século XX, banalizou-se o corpo da mulher, a fim de estabelecer um padrão de corpo feminino. Assim, as mudanças do modelo de subjetividade e de corpo feminino em relação aos períodos culturais patriarcais e desde o século XX dividem as mulheres entre a pura e recatada, virgem quando solteira, e, quando casada, devotada e dependente financeiramente do esposo; e, de outro, a mulher sensual e provocante, estável profissional e financeiramente, mas submetida às imposições da mídia⁷⁹.

Portanto, com o surgimento do capitalismo, a mulher passou a ter não apenas funções reprodutoras, mas assumiu tarefas produtoras de força de trabalho como resultado da ocupação de outros espaços da sociedade. Destaca-se que, apesar dessas transformações e da entrada das mulheres ao mercado de trabalho, seguem presentes as desigualdades e desvantagens decorrentes de ser mulher como condição e, de ser oprimida dependendo da situação de vida de cada uma⁸⁰. São as mulheres que acumulam o trabalho doméstico⁸¹, principalmente nas estruturas

pertencem a família expressam a valorização do novo e do individual (BARBOSA, Lívia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 68).

⁷⁷ BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v.7, n. 2, set/ 2007, p. 456.

⁷⁸ ALVES e PITANGUY, ALVES. Op.cit. p. 60-65.

⁷⁹ BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Op.cit, p. 462.

⁸⁰ LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. Op.cit.p, 112.

⁸¹ No grupo dos jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam ou trabalhavam, podem-se destacar as seguintes características, em 2014: elevada proporção (45,6%) residia nas Regiões Nordeste ou Norte se comparada com a proporção do total de jovens residentes nestas regiões

familiares de classes média e baixa, que não terceirizam suas obrigações com o âmbito doméstico por não terem condições financeiras de contratar uma empregada doméstica – cuja figura é massivamente de uma mulher de baixa renda- e que também estão restritos ao acesso à educação⁸².

O corpo feminino, que sofre os limites impostos pela cultura e pela sociedade patriarcal em sua busca de prazer, passa a ocupar a produção de força de trabalho e parece se adequar aos interesses capitalistas: o lucro e a mão-de-obra do trabalhador⁸³. Ou seja, o sistema capitalista criou padrões de comportamento e educou a classe operária segundo a sua própria visão do mundo- e do sistema patriarcal - fazendo com que o corpo produza e consuma os serviços e produtos vinculados aos desejos pela e da mulher⁸⁴. Portanto, o modo de vida das pessoas que constituem uma sociedade representa a forma como é construída sua cultura, pois ela traduz reações, características e maneiras de conduta de cada indivíduo em diversas situações. Os detalhes de conduta, que são comuns a todos os sujeitos, formam o modo de viver da cultura e das pessoas, mas tais características não são suficientes para definir uma só cultura, é imprescindível observar cada período histórico⁸⁵.

Desse modo, as relações não são dadas aleatoriamente, elas dependem da posição de cada pessoa na sociedade e, principalmente, do grau de instrução recebido antes de ocupar referido espaço. Na década de 1970, devido ao acesso de uma parcela das mulheres aos anticoncepcionais e as variadas informações, a mídia passou a retratá-las - para além de responsáveis pelos serviços domésticos e

(38,6%); as mulheres (69,2%) e pretos ou pardos (62,9%) eram maioria; no quesito sobre a condição na unidade domiciliar eles eram relacionados na categoria de filho (47,5%), tendo destaque também os que eram indicados como cônjuges (27,3%); tinham baixa escolaridade (8,7 anos de estudo, em média), sendo que 29,9% não tinham o ensino fundamental completo, mas 46,8% tinham ensino médio completo ou nível mais elevado; 58,1% das mulheres nesta categoria tinham ao menos 1 filho nascido vivo; a proporção de mulheres (91,5%) que cuidaram de afazeres domésticos na semana de referência foi elevada, sendo neste grupo menor a proporção de homens (43,9%) que cuidaram de afazeres domésticos; o número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos foi de 28,6 horas para as mulheres e 11,5 horas para os homens (BRASIL, Op.cit., p.32).

⁸² Em 2014, os indicadores estruturais do mercado de trabalho da população de 16 anos ou mais de idade por nível de instrução indicam, especificamente no item Proporção da população ocupada que realiza afazeres domésticos, era de 67 milhões em 2014, sendo homens 28,6 milhões, e mulheres 38,5 milhões. Assim, em 2014, 90,7% das mulheres ocupadas realizavam afazeres domésticos (Ibidem, p.62).

⁸³ BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Op.cit, p. 463.

⁸⁴ CALDAS, W. **Temas da cultura de massa: Música, futebol e consumo**. São Paulo: Villipress, 2001, p. 27-35.

⁸⁵ BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Op.cit, p. 455-456.

confinadas ao lar- nas praças e ruas, como se fossem usufrutuárias da liberdade em espaços públicos, historicamente destinado aos homens⁸⁶. No entanto, por mais que tenham sido retratadas nesses espaços, são os homens que ocupam a posição de dar ou não credibilidade aos resultados do produto, já que representam o figura daquele que avalia o resultado obtido pelas mulheres quando na situação de consumidora de determinados produtos⁸⁷.

A objetificação, termo cunhado no início dos anos 70, consiste em analisar um indivíduo a nível de objeto, sem considerar seu emocional ou psicológico, por ser apontado como uma consequência de todo o processo histórico vivido pelas mulheres. A objetificação da mulher está em propagandas que só focam no atributo sexual ou físico, sem outro tipo de apelo emocional, está na venda dos corpos femininos em partes e não associados a outros atributos da mulher. Então, a mídia, especialmente como comunicação de mercado, utiliza do corpo para a promoção de venda, oferecendo corpos femininos como pedaços de carne⁸⁸. Posteriormente, na década 1980, produz-se um giro teórico que resulta na ideia de contemplar a sexualidade na construção dos papéis sociais, persistindo as estruturas de dominação e subordinação, principalmente quanto à classe, o gênero e a raça⁸⁹.

Importante contextualizar que nesse período a América Latina enfrenta mudanças profundas por influência nos cenários políticos e econômicos neoliberais, de modo que os comerciais operam à consolidar uma cumplicidade feminina, principalmente entre as figuras da mulher mãe e filha e suas trocas de experiências como mulheres. Assim, nas duas décadas seguintes a de 1970, as mulheres conquistaram a legalidade de seus direitos, alcançaram a educação superior, entraram para o mundo dos negócios e das profissões liberais, derrubaram crenças antigas e tornaram-se respeitadas quanto ao seu papel social. Porém, com todas essas conquistas, as mulheres não se sentiam tão livres como gostariam⁹⁰.

As representações coletivas sofreram modificações com repercussão nos meios de comunicação, os quais disseminaram tais modificações nos interstícios da

⁸⁶ ALVES e PITANGUY, ALVES. Op.cit. p. 73.

⁸⁷ FUJISAWA, Maria Suzuki. **Das Amélias às mulheres multifuncionais: a emancipação feminina e os comerciais de televisão**. São Paulo, Summus Editorial, 2006, p.19.

⁸⁸ LESSA, Patrícia. **Mulheres a Venda: uma leitura do discurso publicitário nos outdoors**. Londrina: EDUEL, 2005, p.47.

⁸⁹ FRASER, Nancy. Op.cit, 2009, p. 100-104.

⁹⁰ GHILARDI-LUCENA, Maria Inês (org.). **Representações do feminino**. Campinas: Átomo, 2003, p. 144.

sociedade. Então, a mídia está atenta para a atmosfera cultural, que experimenta uma sensação de liberdade. O feminino passa a ser parte das representações midiáticas de maneira significativa na década, para que seja possível a reprodução de uma ideologia dominante e que seja possível disseminar o consumismo. Assim, as mulheres estão, desde a década de 1980, sendo utilizadas como ícones sexuais que apelam para o consumo, seja como consumidora ou seja como objeto de desejo dos consumidores⁹¹.

Observa-se, no comercial para televisão da marca de *lingerie*, Valisère, criado pela agência W/Brasil, em 1987⁹² e sob o título “O primeiro sutiã a gente nunca esquece”, o câmbio de uma atriz de 11 anos, que após o contato com seu primeiro sutiã, um presente deixado em cima de sua cama, expressa profunda felicidade e demonstra ter se entrado com um novo mundo, uma nova fase, de menina à mulher⁹³. Uma das cenas a criança se movimenta na frente do espelho, seminua, para melhor observar seu novo acessório, momento em que se põe a dançar, ajeitando delicadamente as alças do sutiã, em contato com seu novo mundo. Posteriormente, ao caminhar pela rua e se deparar com um homem, sente-se protegida pelo sutiã, livre de uma possível avaliação masculina negativa dos seus seios em razão do novo acessório feminino.



Figura 1 – Campanha: O primeiro sutiã a gente nunca esquece. Anunciante Valisere. Fonte: criação de para a agência AlmapBBDO W/Brasil e cliente PEPSI, em 1995. Disponível em: <http://www.clubedecriacao.com.br/wp-content/uploads/2014/11/peca_410563_1765_1.jpg>. Acesso em 18 de junho de 2017.

⁹¹ BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Op.cit, p. 471.

⁹² Em 1986, a Vaisère foi adquirida pelo grupo Rosset, momento em que a marca passou por um período de reordenamento, dirigindo seus produtos para o segmento jovem. A publicidade “O primeiro sutiã a gente nunca esquece”. A cena foi recriada na série brasileira de televisão Chiquititas, no clipe da música “Crescer”, que trata sobre o amadurecimento de uma das personagens da série, Mili, quando chegada a sua adolescência

⁹³ JÚNIOR, José Maria Mendes Pereira. **O conteúdo narrativo no filme publicitário: análise do filme “O primeiro sutiã” (Valisère)**. Revista eletrônica Temática, ano V, n. 06, junho, 2009, p. 5.

Os meios midiáticos atuam, então, como influenciadores sociais e políticos nos âmbitos público e privado. No Brasil, no contexto da década de 1980, o neoliberalismo modificou os costumes, a linguagem e o estilo de vida, sendo de maneira enfática e preponderante na classe média/alta, devido ao maior e mais fácil acesso dessas às informações globais e libertárias⁹⁴. Logo, na década de 1990, dá-se continuidade com a forma de política econômica, e a mídia fortalece o consumo a fim de alcançar os parâmetros modernos de economia. A entrada de novas marcas em razão da abertura dos mercados, inicia um processo de acesso mais íntimo com informações e imagens de todo o mundo⁹⁵. O campo publicitário, então, se utiliza da sedução, da surpresa, e seguindo as “novas” tendências de representação do masculino e do feminino, que deixou de ser vista “só” como dona-de-casa⁹⁶.

Nesse período, a utilização do corpo nos meios de comunicação serve para a obtenção do prazer, que para Edgar Morin, ocorreu associado ao consumo, de modo que “o erotismo se especializou e se difundiu”⁹⁷, pois⁹⁸:

É no fluxo da cultura de massa que se desfecha o erotismo: não só os filmes, os *comics*, as revistas, os espetáculos estão cada vez mais apimentados com imagens eróticas, mas quotidianamente pernas levantadas, peitos estofados, cabeleiras escorridas, lábios entreabertos nos convidam a consumir cigarros, dentífricos, sabões, bebidas gasosas, toda uma gama de mercadorias cuja finalidade não é, propriamente falando, erótica.

Então, os anúncios passaram a investir tanto no desejo sexual dos homens quanto na “vontade” das mulheres copiarem àquelas representadas na mídia. A beleza é, com mais ênfase do que antes, uma preocupação constante para a mulher moderna, visto que atua para além da vaidade, como cobrança. Almeja-se um corpo perfeito, o sucesso profissional e a felicidade amorosa, associados à beleza e a jovialidade⁹⁹. A imposição gera cada vez mais insegurança nas mulheres e, com isso, restringem-se de serem livres, pois oprimidas com imposições que ensinam que o sucesso profissional, por exemplo, depende também de ser sua forma física bonita e perfeita, em consonância aos padrões midiáticos. A beleza se torna um dos

⁹⁴ FUJISAWA, Maria Suzuki. Op.cit, p.38.

⁹⁵ FUJISAWA, Maria Suzuki. Ibidem, p.45.

⁹⁶ GHILARDI LUCENA, Op.cit.p, 155.

⁹⁷ MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XXI: o espírito do tempo**. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 144.

⁹⁸ MORIN, Edgar. Ibidem, p. 119.

⁹⁹ É o reino do novo ídolo da cultura da massa: não a deusa nua das religiões antigas, não a madona de corpo dissimulado do cristianismo, mas a mulher seminua, em pudor impudico, a provocadora permanente (MORIN, Edgar. Ibidem, p. 122).

requisitos necessários, e o que demanda considerável cuidado e tempo, para que a mulher possa avançar profissionalmente.

Ocorre que, tal padrão de beleza, principalmente após a implementação de novas tecnológicas de imagem, é de difícil alcance, cultiva-se, dessa forma, o sentimento de insegurança entre as mulheres devido à sua desvalorização¹⁰⁰. Conforme Naomi Wolf, em sua obra “O Mito da Beleza”, mesmo após as mulheres terem se tornado livres nos quesitos de beleza, ainda há longa distância a ser percorrida para tomarem atitudes que desafiem esse padrão estético, imposto socialmente pela mídia e pela indústria da beleza¹⁰¹. As propagandas da década de 1990 elucidavam algumas transformações em relação a representação da mulher, que tenta sair do tradicional, mas sente culpa, pois percebe que não está preparada para mudar de papel. Segundo a autora, a beleza tem se mostrado uma preocupação constante para as mulheres, assim como objeto de cobrança para a sociedade¹⁰².

A presença da mulher é notável facilmente em anúncios publicitários de produtos cujos destinatários não são sequer elas mesmas, mas homens. Nesse situação, a mulher está para servir de elemento persuasivo e de desejo, um objeto de consumo. Não raras são as propagandas de desodorantes, carros e cervejas, em que as mulheres estão retratadas como o fim da utilização do produto, como o objeto a ser, de fato, alcançado pela compra do que se oferta. Nesses anúncios a mulher é decorativa, objetificada e, conseqüentemente, inferiorizada. Expõe Morin¹⁰³:

A injeção de erotismo na representação de uma mercadoria não erótica (as publicidades que juntam uma atraente imagem feminina a uma geladeira, uma máquina de lavar ou uma soda) tem por função não apenas (ou tanto) provocar diretamente o consumo masculino, mas de estetizar, aos olhos das mulheres, a mercadoria de que elas se apropriarão; ela põe em jogo junto ao eventual cliente a magia da identificação sedutora; a mercadoria faz o papel de mulher desejável, para ser desejada pelas mulheres, apelando para seu desejo em serem desejadas pelos homens.

¹⁰⁰ WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p.21.

¹⁰¹ WOLF, Naomi. *Ibidem*, p. 25.

¹⁰² *Idem*.

¹⁰³ MORIN, Edgar. *Op.cit.* p, 121.

Dessa maneira, compreende-se que há privilégios historicamente perpassados, expressados na dominação dada e exercida pelos homens e, sobre eles, em relação às mulheres. Consoante, Pierre Bourdieu expõe que¹⁰⁴:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objectos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser percebido (percipi) tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objectos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam "femininas", isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas.

Essa desvalorização dos direitos sobre os corpos femininos, e a dominação eminente do sexo masculino, são os motivos para que a mulher seja objetificada no sistema patriarcal-capitalista, retratados pelos meios de comunicação. Logo, a análise das representatividades utilizadas nos meios de comunicação permite identificar o uso do corpo da mulher de maneira sexista, independente dos investimentos feitos em maneiras de tangenciar as críticas feministas, como quando se transformam críticas em piadas que naturalizam a concepção da mulher-objeto. Possível materializar esse contexto com a propaganda do refrigerante Pepsi Diet, em circulação no ano de 1996, intitulada "Promoção Diet Pepsi: você bebe e não ganha nada". O apelo publicitário é para que as mulheres consumissem tranquilamente, sem a preocupação de que pudessem engordar, a fim de que mantivessem seu status.



Figura 1 – Campanha: Promoção Diet Pepsi: você bebe e não ganha nada.
 Fonte: criação de para a agência AlmapBBDO W/Brasil e cliente PEPSI, em 1995.
 Disponível em: <http://www.clubedecriacao.com.br/wp-content/uploads/2014/11/peca_410563_1765_1.jpg>. Acesso em 18 de junho de 2017.

¹⁰⁴ BOURDIEU, Pierre. Op.cit. p. 82.

Ainda, é na década de 90 que as cirurgias plásticas entram em cena. A preocupação com o corpo se acentua entre as mulheres, o que requer tempo e esforços e dinheiro para alcançarem o padrão de beleza, uma vez que surgem novas técnicas e procedimentos para combater a qualquer rasgo da idade, ou seja, para que incessantemente cuidem de se manter padronizadas¹⁰⁵. Esse é o contexto em que se iniciou a primeira década do século XXI, tem-se o culto ao corpo e à feminilidade¹⁰⁶. As mulheres, agora, almejam um corpo perfeito, um rosto lindo. Elas se preocupam com as celulites, as estrias, em emagrecer, cuidar da pele e dos cabelos. O ideal de beleza nas mulheres acaba se tornando uma imposição devido à modernização da sociedade e dos novos papéis assumidos pela nova mulher¹⁰⁷.

3.2 Mulheres, Mídia e Backlash

O surgimento do neoliberalismo produz uma mudança drástica no terreno que o feminismo preparava para alavancar, de modo que as aspirações emancipatórias no contexto do capitalismo estatal assumem posições ainda mais ambíguas na era neoliberal¹⁰⁸. Dessa maneira, o pensamento feminista é reproduzido pelos meios midiáticos como a regulação das relações das mulheres com os homens, sem que a sua liberdade e a sua autonomia sejam mencionadas como elementos constitutivos do feminismo. A mídia, intrinsecamente relacionada com a política econômica, permite intersecções dentro da cultura popular, que desmonta ideais coletivos planteados pelo movimento feminista até então, substituindo-os por um discurso emancipatório, baseado no ideário neoliberal¹⁰⁹.

Assim, toda a retórica existente quanto ao êxito feminino e das mulheres como agentes do neoliberalismo assinala o desmantelamento do Estado de bem-estar, cujos mecanismos incluíam as iniciativas feministas sobre seus direitos

¹⁰⁵ Para obter sucesso profissional e na vida amorosa, as mulheres querem parecer mais jovens e belas, então gastam muito dinheiro na compra de produtos “milagrosos”, fazem dietas, submetem-se a cirurgias plásticas, etc. É difícil para as mulheres admitirem que estejam envelhecendo, de forma que elas costumam mentir a idade. Ao contrário da mulher, para o homem é natural envelhecer (GHILARDI LUCENA, Maria Inês. Op.cit., p. 146).

¹⁰⁶ FUJISAWA, Maria Suzuki. Ibidem, p.52.

¹⁰⁷ GHILARDI LUCENA, Maria Inês. Op.cit. p.153

¹⁰⁸ FRASER, NANCY. Op.cit, 2009. p. 127.

¹⁰⁹ MACROBBIE, Angela. **The aftermath of feminism. Gender, culture and social change**. London: SAGE, 2009, p. 51.

reprodutivos e de assistência às mulheres vítimas de violência doméstica¹¹⁰. Mascara-se, portanto, a existência de uma igualdade de oportunidades com a presença das mulheres nos meios midiáticos, de modo que a mulher é um sujeito de plena confiança no sistema neoliberal, já que os governos tratam de possibilitar às mulheres o acesso a postos de trabalho reservados historicamente aos homens¹¹¹.

Deste modo, o sujeito constrói a sua subjetividade na relação com o mundo e com os outros indivíduos, todos inseridos em um mesmo contexto e em determinado período histórico. No processo de construção da subjetividade, são incorporados, a partir da influência da cultura, modos de linguagem, hábitos e costumes e padrões de comportamento e de valores, inclusive modelos de apreciação estética, isto é, do que é belo ou feio, principalmente com relação ao corpo¹¹². Tal construção é fruto do que apreendemos na família, na escola, com os amigos e também pelo conteúdo das propagandas. A mídia impõe, portanto, padrões estéticos, éticos e políticos, influenciando, cada vez mais, a existência do sujeito, e atingindo, assim, a sua subjetividade por meio das suas mensagens. Ela usa as suas estratégias de “marketing” para criar desejos, anseios e angústias, a fim de que os sujeitos consumam o que ela lança no mercado¹¹³.

Analisa-se essa articulação, entre a subjetividade da mulher, seu corpo e a mídia, recorrendo ao que Paulo Freire denominou de relação “opressor-oprimido”¹¹⁴, na qual os oprimidos – no caso, as mulheres – num dado momento de sua experiência existencial, adotam uma atitude de “adesão” em relação ao opressor. A mulher, em busca da beleza do seu corpo, está na condição de oprimida com a mídia, que lhe impõe novas formas de existir e de se relacionar no mundo. A mulher oprimida pela mídia consome produtos dos mais diversos tipos para se sentir inserida no que impõe a mídia opressora. Isto não significa, necessariamente, que ela não tenha consciência de que está sendo dominada e seguindo modelos impostos pela mídia, mas que somente ela pode se libertar de tal relação ou de amenizá-la¹¹⁵.

¹¹⁰ MACROBBIE, Angela. *Ibidem*, p. 58.

¹¹¹ SEGARRA, Ignacio Moreno. **Postfeminismos: representaciones de género en la cultura popular neoliberal**. Madri, UCM - Investigaciones Feministas, 2012, p. 23.

¹¹² FUJISAWA, Maria Suzuki. *Ibidem*, p.60.

¹¹³ FRASER, NANCY. *Op.cit*, 2009, p. 129.

¹¹⁴ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p. 91.

¹¹⁵ BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. *Op.cit*, p. 473-475.

Consequentemente, a utilização dos meios midiáticos pelo neoliberalismo impulsionou um triunfo individual às mulheres e não coletivo, um êxito baseado não no feminismo, mas no individualismo feminino¹¹⁶. A construção do ideal de beleza à mulher é parte de um processo histórico e não apenas uma invenção da mídia, que massifica esse discurso a fim de atingir o maior número de mulheres ao consumo. Nessa perspectiva, os veículos de comunicação igualmente massificam representações opressoras que incentivam o consumismo, como técnica de requalificar a vida social. Assim, o corpo da mulher se torna um produto tanto para as propagandas quanto para a publicidade, que além de vendê-lo se alimenta desse corpo-objeto¹¹⁷.

Em seguida, ao longo dos anos 1980, a inserção da cultura popular norte-americana criou uma versão mitológica e ilusória do feminismo. As feministas são responsabilizadas pelo estresse e pela dupla jornada de trabalho das mulheres. Noções bélicas de “luta”, “batalha” e “guerra dos sexos” passam a definir qualquer tipo de voz que se propunha a discutir o tema da desigualdade de gênero, o que tornaria o debate público em torno da justiça social entre homens e mulheres um tema agnóstico e de orientação violenta¹¹⁸. Nesse sentido, a objetificação da mulher pela mídia mostra uma mudança de sensibilidade quanto à representação erótica da feminilidade, que ao marcar traços de humor e ironia, deslegitima o discurso feminista¹¹⁹.

Na contemporaneidade, a mulher parece estar muito mais submetida do que homens ao consumo de roupas, de acessórios, de cirurgias plásticas e de academias de ginástica, dentre outros produtos, adotados com a finalidade de se adequar ao padrão de corpo estabelecido pela sociedade capitalista, principalmente devido ao fato de ela ser o alvo principal de propagandas publicitárias da moda, ocorrendo uma forte pressão da sociedade com relação aos padrões corporais femininos. Assim, a mulher tem prazer ao adquirir produtos, como roupas e acessórios, bem como ao “esculturar” seu corpo com exercícios físicos, com

¹¹⁶ MACROBBIE, Angela. Op.cit, 2009 p. 55.

¹¹⁷ GHILARDI LUCENA, Maria Inês. Op.cit.p, 162.

¹¹⁸ LANA, **Ligia**. A mulher bem-sucedida e a participação da internet na construção de celebridades femininas. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, 2013, p.6.

¹¹⁹ MCROBBIE, Angela. Pós-feminismo e cultura popular: Bridget Jones e o novo regime de gênero. In: CURRAN, James; MORLEY, David. **Media and Cultural Theory**. London: Routlege, 2006, p. 60.

intervenções estéticas como as cirurgias plásticas, a fim de atingir o padrão corporal imposto pela cultura e pelos meios de comunicação:

Para além da teoria, o pós-feminismo passa a atuar como sensibilizador às mulheres do glamour da diferença sexual que, por meio de uma série de artifícios culturais, dão força para a convergência da feminilidade como qualidade corporal, empoderamento, individualismo, autodisciplina, entre outras qualidades da mulher moderna¹²⁰. A feminilidade como qualidade corporal é a principal característica da cultura midiática pós-feminista, que a concretiza como um traço físico, como qualidade corporal, mas não natural, uma vez que possível apenas por intermédio de uma série de tecnologias de beleza.

Portanto, a relação entre pós-feminismo e neoliberalismo está na dependência entre os conceitos que se estabelece no marco ideológico da fragmentação do movimento feminista, de movimento coletivo para a implosão/explosão de movimentos *queer* ou pós-coloniais¹²¹. Os quais, por sua vez, consideram o feminismo como uma conquista já estabelecida dentro da sociedade neoliberal, e não como um conceito precário que necessita de defesa para manter as conquistas das mulheres¹²². O pós-feminismo, portanto, atua de modo a condicionar o feminismo, por um lado, como obsoleto e pertencente à outra época, enquanto celebra os logros do feminismo dentro da sociedade neoliberal, sobretudo nos campos de trabalho e estudo, estabelecendo-se uma relação econômica entre os dois.

Nesse contexto, o movimento utiliza de toda a construção do *backlash*, termo cunhado por Susan Faludi, em sua obra “Backlash: o contra-ataque na guerra não

¹²⁰ MCROBBIE, Angela Op.cit, p.67.

¹²¹ SEGARRA, Ignacio Moreno. Op.cit., p. 30.

¹²² O autor também menciona o posicionamento de Rosalind Gill y Christina Scharff sobre postfeminismo e neoliberalismo: “según las autoras los tres niveles de relación posibles vienen marcados, primero, porque ambos movimientos aparecen articulados alrededor de un individualismo que ha reemplazado completamente las nociones de lo social y de lo político, restringiendo tanto las presiones como las motivaciones que los individuos reciben del exterior. Segundo, porque para estas autoras parece claro que existe un paralelismo entre el sujeto neoliberal autorregulado, autónomo y calculador y el sujeto postfeminista que se somete a los mismos procesos autorreguladores ya sea bajo forma de una dieta, e una lista de logros o del escrutinio de un diario personal o de cualquier otra forma de auto narración. Tercero, porque las dos escritoras explican el postfeminismo y el neoliberalismo no serían tanto dos fenómenos que corren paralelo e independientes sino que establecerían entre ellos una relación semejante la que se produce entre superestructura económica y fenómeno liberal, calificado en su obra como *sensibility* y ejemplificado en el hecho de que si la autorregulación es la máxima expresión del neoliberalismo, la mujer es la máxima expresión de ser humano autorregulado (SEGARRA, Ignacio Moreno. Ibidem, p.27).

declarada contra as mulheres”, de 1990, para referir ao movimento da mídia, que apresentou o feminismo como uma força vital, que deve ser destruída para que as mulheres sejam salvas, como se houvesse sido superado¹²³. Direcionando seus estudos sobre o *Backlash* mais para a época contemporânea, a autora expressa que o *backlash* do pós-guerra não mandou as mulheres de volta para a casa, mas desvalorizou o trabalho do sexo da mulher, bem como os postos ocupados por elas. Assim, o contra-ataque iniciado na década de 1980 está influenciado pelos anteriores, uma vez que atrás de toda a celebração e reconhecimento da vitória das conquistas femininas nos anúncios, tem-se que “a mulher contemporânea nunca foi tem livre, mas em compensação, nunca se sentiu tão infeliz”¹²⁴.

A autora afirma que a principal causa dessa infelicidade generalizada, e inflada pela mídia, seria o “excesso de igualdade”. Para sustentar o afirmado Faludi utiliza da pesquisa empírica para demonstrar as reações midiáticas em diversas propagandas e contextos históricos, com ênfase, como já referido, na contemporaneidade. Assim, quanto às matérias veiculados nos anos de 1980, questiona-se sobre o que viria a ser a igualdade alcançada, pois a realidade material nunca esteve condizente com a realidade formal da igualdade, uma vez que as mulheres, com os recortes necessários, são substancialmente lidas como minorias, com salários menores, desprovidas, na maioria das vezes, de seus direitos mais básicos¹²⁵.

Em vista disto, a publicidade veicula a imagem da mulher como objeto, fato que está intrinsicamente com a sociedade patriarcal, visto que ao celebrar o poder de atração sexual dos rapazes, condena os desejos das garotas. Em nenhum momento esses meios problematizam a realidade material das mulheres, como se todas pudessem ter acesso aos produtos e serviços de igual maneira. A sexualidade, desse modo, é frequentemente alvo de exploração, de abusos e de

¹²³FALUDI, Susan. **Backlash: O contra-ataque na guerra nao declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, p. 89-93.

¹²⁴ As mulheres estão infelizes justamente devido ao fato de serem livres. As mulheres estão sendo escravizadas pela sua própria liberação. Elas se agarram ao brilho dourado da independência e deixaram escapular o único anel que realmente lhes interessa. Conseguiram assumir o controle de sua fertilidade, mas só para destruí-la. Perseguiram seus próprios sonhos profissionais – perdendo no caminho a aventura feminina maior. Os movimentos feministas, não nos cansam de apregoar, acabaram por se provar o pior inimigo da mulher (FALUDI, Susan. *Ibidem*, p. 9)

¹²⁵ FALUDI, Susan. *Ibidem*, p.27.

atitudes nocivas¹²⁶. São nítidos os mecanismos do pós-feminismo, pois mesmo que a um nível superficial estejam utilizando a publicidade como uma ferramenta de empoderamento, as análises mais profundas das imagens demonstram que o discurso emancipatório como excelência feminina situa as reivindicações anteriores para tentar ressignificar seus posicionamentos.

Portanto, restringe-se à capacidade de escolha das mulheres, até mesmo pelo fato de apenas tratar a opressão como escolha e não como resultado das limitações do prazer da feminilidade. Em decorrência do silenciamento do feminismo, observa-se, a partir da década de 1990, a maneira de referir-se ao movimento é pelo termo *girl power*, momento em que se intensificam os prazeres decorrentes das possibilidades de consumo para as mulheres¹²⁷. Então, inserido no pós-feminismo, o termo produz uma relação simbiótica entre liberdade de eleição e mulheres jovens, de forma que tanto a teoria acadêmica, como a narrativa popular de gênero, centra a atenção em um padrão de mulher: branca, jovem, de classe média, geralmente com acesso ao estudo e ao trabalho. Ou seja, *“la mujer que tiene delante de ella todas las opciones de la sociedad de consumo y a la que se presenta el feminismo como algo inútil o pasado de moda”*¹²⁸.

Dessa maneira, a nova figura da mulher sexy e empoderada surge como uma nova forma de as mulheres se identificarem, mas principalmente como novo instrumento para redefinir a feminilidade, que ostenta conexões aos cuidados e ao espaço doméstico à consciência de seu poder¹²⁹. Uma das características essenciais do pós-feminismo, portanto, é a vigilância ativa sobre o corpo da mulher por parte dos meios midiáticos, da sociedade e da própria visão feminina reguladora e obsessiva ao corpo. De acordo com Segarra¹³⁰:

Bajo el postfeminismo, entendido como una subjetivación de género bajo el neoliberalismo, las mujeres se someten a los procesos de belleza porque quieren, para complacerse, “darse un pequeño capricho” o “sentirse gusto con una misma”. Da igual lo doloroso, aparatoso, y como en el caso de la cirugía estética, lo peligroso que sea, los imperativos, procesos y tecnologías de belleza están rodeados del espíritu de la indulgencia, del capricho y de aquello libremente elegido

¹²⁶ DURHAM, Meenaskhi Gigi. Ibidem, p. 115-120.

¹²⁷ FALUDI, Susan. Ibidem, p. 83-85.

¹²⁸ SEGARRA, Ignacio Moreno. Op.cit, p.24.

¹²⁹ FALUDI, Susan. Op.cit, p.

¹³⁰ SEGARRA, Ignacio Moreno. Op.cit, p.41.

Em razão disso, as propagandas transmitem aos homens que eles precisam de produtos ou serviços que os façam se sentir poderosos, por sua vez, às mulheres é para que fiquem mais bonitas. Os padrões de beleza impostos são inatingíveis, e a manipulação das imagens torna homens e mulheres mais exigentes em relação ao corpo feminino, de modo que elas são submetidas a um exame de aparência rigoroso, mesmo quando suas atividades estejam desvinculadas do seu físico¹³¹. A feminilidade ligada à sexualidade e ao poder é apresentada pela mídia dos anos noventa, ligada ao pós-feminismo, como expressão do poder feminino. Assim, se produz uma mudança na representação midiática do corpo feminino, sobre o qual se movimenta a passividade e a coisificação como demonstrações de controle e poder.

Nesse contexto se explora a feminilidade autoconsciente, narcisista e graciosa num processo comunicativo que não supera a perpetuação da subjetivação dos discursos de gênero midiáticos, nem conduz um movimento que ultrapasse a reprovação das propagandas que coisificam as mulheres¹³². Essas representações vão muito além de um determinado aspecto físico feminino coisificado, pois se agrega como um requisito indispensável para aspirar à categoria de sujeito na era neoliberal, cuja estratégia abarca não só a remodelação do corpo, mas também a reconstrução da subjetividade¹³³.

Os meios de comunicação são os responsáveis por mediar a informação entre os consumidores da informação e o acontecimento, como fornecedores de representações, de modo que todo o acontecimento pode ser moldado como projeto narrativo que não oferece mensagens, mas define a própria mensagem¹³⁴. Antes, cabe lembrar que os veículos de comunicação são sustentados por grupos econômicos, que obviamente visam lucros e, esse lucro, só poderá ser obtido com a venda de produtos nos espaços de publicidade, a partir de discursos persuasórios. Dessa forma, necessário o questionamento das representações da mídia quanto à objetificação da mulher¹³⁵.

¹³¹ DURHAM, Meenaskhi Gigi. **O efeito Lolita: a sexualização das adolescentes pela mídia, e o que podemos fazer diante disso**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009, p. 110.

¹³² DURHAM, Meenaskhi Gigi. *Ibidem* p.143

¹³³ SEGARRA, Ignacio Moreno. *Op.cit.*, p.41.

¹³⁴ NETO, Antônio F. A Deflagração no sentido. Estratégias de produção e captura da recepção. In: SOUZA, Mauro Wilton de. **Sujeito, o lado oculto do Receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹³⁵ DURHAM, Meenaskhi Gigi. *Op.cit.*, p. 156-160.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura social baseada na subordinação da mulher ao domínio do homem constitui a opressão genérica das mulheres, a forma de manter o patriarcado enquanto espaço histórico do poder masculino. A partir dessa pesquisa, percebeu-se que esse espaço se legitima também por meio da objetificação dos comportamentos e dos corpos das mulheres nas representações dos meios de comunicação. Por outro lado, verificou-se que determinadas características são impostas culturalmente e socialmente como femininas e masculinas, em que tais determinações ensejam a prática de outras violências, já que caberia ao universo feminino a passividade, delicadeza, entre outros atributos que garantiriam a impunidade do agressor e a culpabilização da vítima.

Igualmente, a mídia no sistema capitalista neoliberal influenciou em novos conceitos de liberdade, de poder e de consumo. Por outro lado, está sustentado em bases patriarcais, que implicam em manter a mulher à subalternidade. A pesquisa, então, discorreu dialeticamente sobre a possibilidade de tais condutas e imagens atribuídas às mulheres contribuírem para sua objetificação, mesmo que transpareça empoderar mulheres. Assim, a influência da mídia na vida das mulheres, somada à estrutura patriarcal de dominação, é utilizada como argumento de empoderamento feminino, na medida em que é vendida a noção de que a mulher é livre para escolher consumir o que quiser. Em realidade, o que se percebeu com essa pesquisa, é que esse argumento defende o interesse de manter certas estruturas de dominação e de subordinação das mulheres.

Desta forma, evidenciou-se que o patriarcado, com o apoio do discurso midiático, fundamenta sua pretensão política, para reafirmar certos espaços e condutas à mulher, quanto para combater o feminismo, culpando-o de esgotamento das mulheres. Nesse ínterim, verificou-se que o com o surgimento do neoliberalismo foi produzido uma modificação das aspirações emancipatórias, em que aquele foi responsável pelo individualismo feminino lograr êxito sobre a coletividade e o ideal de libertação das mulheres. Logo, o movimento midiático chamado *Backlash*, tem-se apresentado, em diferentes circunstâncias históricas, como o contra-ataque na

guerra não declarada contra as mulheres, apresentando o feminismo enquanto uma força vital que deveria ser destruída, em prol da salvação de mulheres.

Logo, restou inequívoco o fato de que a construção do ideal de beleza da mulher é parte de um processo histórico e não apenas uma invenção da mídia, que se utiliza desse discurso a fim de atingir o maior número de mulheres pelo consumo. Em razão da concentração dos meios de comunicação nas mãos dos mesmos interesses, intensificou-se uma disputa acirrada pelas fatias do público e da publicidade. Essa necessidade de vender o que é supostamente belo e adequado, embasada na conquista de audiência, criou um padrão de beleza e de comportamento e acabou com a diversidade e a complexidade na representação da mulher.

Por conseguinte, o presente estudo permitiu a realização de apontamentos, desde uma perspectiva feminista, à objetificação da mulher nos meios de comunicação, identificando as maneiras em que as mulheres estiveram representadas em determinados contextos sociais, políticos e históricos. Ainda, comprovou-se que a existência de vinculação midiática entre mulher e feminilidade é uma forma de controle e imposição de determinados padrões comandada pelo sistema patriarcal e, diante disso, o debate se torna cada vez mais urgente.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Bianca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- AMOROS, Celia. **Hacia una crítica de la razón patriarcal**. Barcelona: Anthropos, 1997.
- AMOROS, Célia. **Tiempo de Feminismo**. Madri: Cátedra, 2008.
- BARBOSA, Lívia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: Fatos e Mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BRASIL, **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa - Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2015.
- BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v.7, n. 2, set/ 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina: A condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: BetBolso, 2016.
- CALDAS, W. **Temas da cultura de massa: Música, futebol e consumo**. São Paulo: Villipress, 2001.
- CYFER, Ingrid. **Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum**. Revista Sociologia Política, Curitiba, v.18, nº36, p. 135-146, jun. 2010
- DEBORD, Patrick. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DURHAM, Meenaskhi Gigi. **O efeito Lolita: a sexualização das adolescentes pela mídia, e o que podemos fazer diante disso**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2012.

FACIO, Alda. **A partir do feminismo vê-se um outro direito**. Revista Outras Vozes, nº 15. Maio 2006.

FACIO, Alda. Hacia otra teoría crítica del derecho. In: HERRARA, Gioconda (org). **Las fisuras del patriarcado, Reflexiones sobre Feminismo y Derecho**. Ecuador: FLACSO, 2000.

FALUDI, Susan. **Backlash: O contra-ataque na guerra nao declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FRASER, Nancy. **Iustitia Interrupta. Reflexiones críticas desde la posición "postsocialista"**. Bogotá: Siglo del Hombre, 1997.

FRASER, NANCY. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. Tradução de Márcia Prates. In: SOUZA, J. (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: UnB, 2001.

FRASER, Nancy. El feminismo, el capitalismo y la astucia de la historia. In: **Revista New Left Review**. España, nº 56, 2009.

FRASER, N.; GAMUNDÍ, M.A C. y NAVARRO, J. V. (Eds.). **Dilemas de la justicia en el siglo XXI: género y globalización**. Palma: Universitat de les Illes Balears, 2011.

FRIEDAN, Betty. **La mística de la feminidad**. Madri: Editorial Catédra, 2009

FUJISAWA, Maria Suzuki. **Das Amélias às mulheres multifuncionais: a emancipação feminina e os comerciais de televisão**. São Paulo, Summus Editorial, 2006.

GHILARDI LUCENA, Maria Inês. **Representações do feminino**. São Paulo: Átomo, 2003.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. *et al.* **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983.

HIRATA, Hirata, Helena; LABORIE, Françoise, *et all.* **Dicionário Crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009

JÚNIOR. José Maria Mendes Pereira. **O conteúdo narrativo no filme publicitário: análise do filme “O primeiro sutiã” (Valisère)**. Revista eletrônica Temática, ano V, n. 06, junho, 2009.

KOLLONTAI, Alexandra. **As Relações Sexuais e a Luta de Classes**. São Paulo: Iskra, 2017.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Poder, relaciones genéricas e interculturales. In **Conferencias Internacionales: primer encuentro mesoamericano de estudios de género**. Colección estudios de género V. Guatemala: FLACSO, 2001.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: UNAN, 2014.

LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

LESSA, Patrícia. **Mulheres a Venda: uma leitura do discurso publicitário nos outdoors**. Londrina: EDUEL, 2005

LISPECTOR, Clarice. **A Paixão Segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MCROBBIE, Angela. Pós-feminismo e cultura popular: Bridget Jones e o novo regime de gênero. In: CURRAN, James; MORLEY, David. **Media and Cultural Theory**. London: Routledge, 2006.

MACROBBIE, Angela. **The aftermath of feminism. Gender, culture and social change**. London: SAGE, 2009.

MILLET, Kate. **Política Sexual**. Madri: Editorial Catédra, 2010.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XXI: o espírito do tempo**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

NETO, Antônio F. A Deflagração no sentido. Estratégias de produção e captura da recepção. In: SOUZA, Mauro Wilton de. **Sujeito, o lado oculto do Receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero Patriarcado Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAGOT, Montserrat. La democracia en su laberinto: el neoliberalismo y los límites de la acción política feminista en Centroamérica. In: CAROSIO, Alba (coord.). **Feminismos para un cambio civilizatorio**. Caracas: CLACSO, 2014.

SEGARRA, Ignacio Moreno. **Postfeminismos: representaciones de género em la cultura popular neoliberal**. Madri, UCM - Investigaciones Feministas, 2012.

SMITH, Andrea. **A violência sexual como uma ferramenta de genocídio**. Porto Alegre, Espaço Ameríndio, 2014 v.8, n.1, p.195-230, jan/junho, 2014

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. **Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica**. *Temporalis*, [S.l.], v. 15, n. 30, p. 475-494, jan. 2016.

VALDIVIESO, Magdalena. Otros tiempos y otros feminismos en América Latina y el Caribe. In: CAROSIO, Alba (coord). **Feminismos para un cambio civilizatorio**. Caracas: CLACSO, 2014

VIANA, Márcia Regina. **Liberdade e existência: os movimentos do existir em Simone de Beauvoir**. Revista Estudos Filosóficos. Minas Gerais, nº 5 /2010.

VIANA, Nildo. **Os Valores da Sociedade Moderna**. Brasília. Brasília: Thesaurus, 2007

VILLORO, Luis. **El poder y el valor: fundamentos de una ética política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

TELES, M. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.